



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA:
 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

***AUTHORITARIANISM, ECONOMIC ELITES AND CULTURAL CAPITAL IN BRAZIL: SOME
 CONSIDERATIONS***

***AUTORITARISMO, ÉLITES ECONÓMICAS Y CAPITAL CULTURAL EN LA POLÍTICA
 BRASILEÑA: ALGUNAS CONSIDERACIONES***

Felipe da Costa Barcellos¹

e361582

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.1582>

PUBLICADO: 06/2022

RESUMO

Neste artigo é proposta uma breve reflexão sobre a relação entre autoritarismo, elites econômicas e capital cultural na política brasileira. Partiu-se do princípio de que essa reflexão é importante na medida em que ajuda a entender o autoritarismo brasileiro não como uma verdade a priori, imanente e preestabelecida, mas sim como fruto de uma construção social, suscetível a tensões e resistências. Foram utilizadas, principalmente, as contribuições de Pierre Bourdieu, José Murilo de Carvalho e Jessé Souza, dentre outros. O primeiro discute a importância dos capitais econômico, social e cultural para a consolidação do poder. O segundo examina a formação da cidadania brasileira e os modelos de republicanismo no debate público nacional do século XIX. E o terceiro analisa a formação da classe média brasileira e o domínio da elite econômica por meio da mídia e da opinião pública. Tomando como referências tais concepções, pretende-se contribuir para uma maior compreensão desta temática, que é o autoritarismo, tão presente no pensamento político do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo. Elites econômicas. Capital cultural.

ABSTRACT

This article is proposed a brief reflection on the relationship between authoritarianism, economic elites and cultural capital in Brazilian politics. It was assumed that this reflection is important in that it helps to understand Brazilian authoritarianism not as an a priori, immanent and pre-established truth, but as the result of a social construction, susceptible to tensions and resistance. The contributions of Pierre Bourdieu, José Murilo de Carvalho and Jessé Souza, among others, were mainly used. The first discusses the importance of economic, social and cultural capitals for the consolidation of power. The second examines the formation of Brazilian citizenship and the models of republicanism in the national public debate of the 19th century. Taking as references such conceptions, it is intended to contribute to a greater understanding of this theme, which is authoritarianism, so present in the political thought of Brazil.

KEYWORDS: Authoritarianism. Economic elites. Cultural capital.

RESUMEN

Este artículo propone una breve reflexión sobre la relación entre autoritarismo, élites económicas y capital cultural en la política brasileña. Se asumió que esta reflexión es importante porque ayuda a entender el autoritarismo brasileño no como una verdad a priori, inmanente y preestablecida, sino como el resultado de una construcción social, susceptible a tensiones y resistencias. Las contribuciones de Pierre Bourdieu, José Murilo de Carvalho y Jessé Souza, entre otros, se utilizaron principalmente. El primero discute la importancia de los capitales económicos, sociales y culturales para la consolidación del poder. El segundo examina la formación de la ciudadanía brasileña y los

¹ Mestrando em história do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

modelos de republicanismo en el debate público nacional del siglo 19. Tomando como referencia tales concepciones, se pretende contribuir a una mayor comprensión de este tema, que es el autoritarismo, tan presente en el pensamiento político de Brasil.

PALABRAS CLAVE: Autoritarismo. Élités económicas. Capital cultural.

INTRODUÇÃO

Uma das ideias mais difundidas e comumente aceitas no imaginário coletivo brasileiro é a de que o Brasil é um país de tradição política autoritária. No senso comum, é bem conhecido o dito popular de que “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, reiterando a premissa de que nossas relações sociais e institucionais são, via de regra, bastante hierarquizadas. No mundo acadêmico, diversos autores notáveis já se dedicaram a este tema, desde clássicos como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, até nomes como Simon Schwartzman, Florestan Fernandes, Roberto DaMatta e, mais recentemente, figuras como Marilena Chauí e Lilia Moritz Schwarcz, dentre outras.

Em linhas gerais, tais autores concebem o autoritarismo como um traço característico da realidade brasileira, como um atributo que remonta aos primórdios de nossa história e que ainda se faz presente no Brasil contemporâneo. Ele seria perceptível desde o período colonial, na forma como o reino português empreendeu a conquista do território, a expansão para o interior, a instituição do regime de capitanias e sesmarias, o trato com os nativos, a atividade econômica, a adoção do sistema escravista, passando pela fase imperial, marcada pelas medidas de centralização político-administrativa e pela repressão às revoltas regionais e aos movimentos separatistas nas províncias, e se perpetuando mesmo durante a república, na medida em que a mudança de regime não levou necessariamente a um cenário de efetiva ampliação da participação popular, algo que só veio a acontecer mediante um longo processo ocorrido durante todo o século XX, e que foi marcado por avanços e retrocessos. Segundo essa perspectiva, o autoritarismo seria uma espécie de fio condutor da trajetória político-social brasileira, em todas as suas fases e desdobramentos.

O passado nunca foi, o passado continua, afirmou o então deputado Gilberto Freyre no plenário da Constituinte de 1946, nesse caso fazendo um elogio nostálgico aos tempos de outrora. Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira (SCHWARCZ, 2019, p. 184).

Embora seja uma chave explicativa válida para se pensar o Brasil, uma vez que contempla diversos contextos e períodos distintos da história brasileira, deve-se ter um pouco de cautela com essa visão sobre sermos um país autoritário. Por ser uma ideia amplamente difundida e bem-aceita, reproduzida como uma espécie de mantra, corre-se o risco de cair em determinismos e leituras fatalistas sobre a realidade nacional.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

Por que os capitães donatários acumulavam funções administrativas e judiciais no comando das capitanias? Por que a Independência do Brasil (1822) teve uma participação popular relativamente reduzida? Por que a Proclamação da República (1889) não veio acompanhada de políticas de expansão da cidadania, incluindo aí os negros recém-libertos da escravidão? Por que a ditadura civil-militar se iniciou como um regime de exceção e perdurou por 21 anos (1964-1985)? Por que ainda hoje os movimentos sociais que visam, por exemplo, a reforma agrária, são duramente combatidos pelo aparato repressivo do Estado e pela grande mídia? A resposta para tais questões parece, à primeira vista, provir de um lugar-comum: porque o Brasil é um país autoritário, isso faz parte de nós, ponto final.

Ou seja, o autoritarismo brasileiro serve como uma ideia norteadora, uma referência preliminar, mas por si só ele nada explica. Por ser uma concepção volátil, adaptável a diversas circunstâncias, ele não traz à tona nenhum aspecto objetivo da realidade brasileira. Sem contar que, ao tomá-lo como uma resposta definitiva, corre-se o risco de naturalizar fenômenos que na verdade são construções históricas, resultantes da ação deliberada de forças políticas que atuam no âmbito da sociedade e buscam fazer valer os seus próprios interesses e reivindicações, ainda que em detrimento do restante da população. Sendo assim, se for desejado, de fato, compreender o Brasil, devem ser afastadas as explicações macroestruturais (autoritarismo, populismo, jeitinho brasileiro etc.) e se debruçar sobre a dinâmica das relações sociais e dos processos políticos específicos, nos quais esse viés autoritário se faz presente sob diversas maneiras.

Neste artigo, o objetivo é fazer uma breve reflexão sobre a relação entre autoritarismo, elites econômicas e capital cultural na política brasileira. Essa temática é importante na medida em que ajuda a entender o autoritarismo brasileiro não como uma verdade *a priori*, imanente e preestabelecida, e sim como fruto de uma construção social, suscetível a tensões e resistências. São utilizadas, principalmente, as contribuições de Pierre Bourdieu, José Murilo de Carvalho e Jessé Souza, dentre outros, conforme se verá a seguir.

AS ELITES ECONÔMICAS E O CAPITAL CULTURAL

Ao analisar os mecanismos de produção e manutenção das desigualdades sociais, Pierre Bourdieu desenvolveu a ideia de que, no mundo moderno, pautado pelo sistema capitalista, pela democracia representativa e pela sociedade de mercado, o poder está relacionado com a posse de três tipos distintos de capitais: capital econômico, capital cultural e capital social. Para o filósofo e sociólogo francês, esses capitais estão intimamente interligados, de modo que o poder de um determinado grupo ou indivíduo depende de em qual medida ele detém tais recursos, sendo os três fundamentais para uma posição de destaque na sociedade.

O capital econômico se refere à riqueza material propriamente dita, ou seja, dinheiro, rendas, propriedades, investimentos etc. Quem o possui em abundância faz parte de um grupo seletivo que controla a maior parte dos recursos materiais e financeiros de uma sociedade, constituindo-se em uma elite econômica. O capital cultural consiste na posse de saberes e conhecimentos socialmente



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

consagrados, que tenham alguma finalidade prática e/ou denotem uma condição de prestígio, sendo geralmente obtido mediante um processo de escolarização e socialização familiar, com uma aprendizagem de médio e longo prazo. Em outras palavras, é a riqueza intelectual, obtida por meio da educação e da aquisição de conhecimentos relevantes para uma coletividade. Por fim, o capital social diz respeito a ter contatos e relacionamentos interpessoais com gente influente e em posição de autoridade, permitindo um acesso privilegiado a bens e oportunidades que estão indisponíveis para a maioria da população.

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos (BOURDIEU, 2007, p. 107-108).

Apesar de o capital econômico ser, de fato, o mais importante dos três, servindo como uma porta de entrada para que se adquira os outros dois, ele está longe de ser independente dos demais para a consolidação do poder. No caso do capital social, o benefício é mais evidente, uma vez que ter um bom *networking*, como se costuma dizer no mundo dos negócios, aumenta as chances de se multiplicar um patrimônio e de fechar parcerias comerciais mais lucrativas, restritas a um grupo seletivo.

Mas o capital cultural também cumpre um papel de suma relevância, que é o de elaborar um repertório de ideias e valores que sirvam para legitimar e naturalizar uma determinada visão de mundo, como se fosse uma verdade *a priori*, ocultando as relações de poder e dominação que estão por trás delas. Sendo mais específico, a visão de mundo dos poderosos, aqueles que detêm os recursos econômicos e que exercem um domínio material e simbólico sobre a sociedade. Daí a importância dos intelectuais, ilustres operários do mundo das letras, e também da grande mídia, veículo de informação e disseminação de ideias em larga escala, na manutenção do *status quo*.

Como os símbolos religiosos em outros modos de dominação, os símbolos do capital cultural, incorporado ou objetivado, contribuem para a legitimação da dominação; e a arte de viver dos detentores do poder contribui para o poder que a torna possível porque suas verdadeiras condições de possibilidade permanecem ignoradas, e ele pode ser percebido não apenas como a manifestação legítima do poder, mas como o fundamento da legitimidade (BOURDIEU, 2013, p. 115).

Agora será tratada a realidade brasileira, buscando examinar como essa categoria de análise se aplica ao contexto nacional, sobretudo na relação da nossa elite econômica com o capital cultural. Para se compreender melhor essa problemática, é preciso recuar cronologicamente para o início do século XIX, no ano de 1808, a partir da vinda da família real portuguesa ao Brasil.

A presença da família real no Brasil, em decorrência das Guerras Napoleônicas, foi um divisor de águas na história, suscitando diversas mudanças políticas, sociais e culturais na colônia. Para os propósitos deste trabalho, será chamada a atenção para especificamente duas, conforme aponta Jessé Souza, em diálogo com as ideias de Gilberto Freyre na obra *Sobrados e Mocambos*. Primeiro, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, estimulando a atividade comercial,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

especialmente com a Inglaterra. Segundo a transferência da capital do reino português para o Rio de Janeiro, promovendo a formação de um Estado burocrático, centralizado e racionalmente organizado. Por que esses elementos foram tão cruciais? Qual o efeito dessas mudanças no panorama político-social brasileiro que predominara até então?

O resultado mais nítido foi o deslocamento definitivo do centro de poder do Norte-Nordeste para o Centro-Sul brasileiro. Algo que já estava em andamento, desde que a economia colonial deixou de ter a produção açucareira como atividade mais importante, e foram descobertas jazidas de ouro nas Minas Gerais, mas com a chegada da família real em 1808 essa transferência de poder se aprofundou, e Rio de Janeiro e São Paulo adquiriram uma relevância política sem precedentes. Do ponto de vista dos habitantes dessas regiões mais ao norte do Brasil, isso foi acentuando as desigualdades regionais e a ideia de não pertencimento ao restante do reino português, tendo em vista que o sentimento “era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da colônia passara de uma cidade estranha para outra igualmente estranha, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro” (FAUSTO, 2006, p. 128).

Vale ressaltar também, como novidade desse período, o advento de uma cultura cidadina, centrada sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Essa cultura trouxe consigo um processo de urbanização e modernização do espaço público, novas formas de sociabilidade e uma mudança paulatina nas relações de poder, antes fundamentadas na pessoa do senhor de terras e na grande propriedade rural. Conforme aponta Kirsten Schultz, os portugueses tinham em mente “uma cidade na qual tanto a arquitetura mundana como a monumental, juntamente com as práticas sociais e culturais dos seus residentes, projetassem uma imagem inequivocamente poderosa e virtuosa da autoridade e do governo reais” (SCHULTZ, 2008, p. 157). Com isso, aos poucos a figura do patriarca, membro da elite agrária, todo-poderoso em seus domínios, situado no topo de uma pirâmide de relações interpessoais que orbitavam em torno de si, vai perdendo espaço para um poder mais distante, formal e institucionalizado: o braço estatal. A partir de então, o Brasil passará a ser marcado pelo contraste entre esses dois polos de poder, a cidade como representação dos novos tempos e dos ideais da modernidade, e o campo como abrigo da tradição e do domínio pessoal exercido pelos patriarcas. Nas palavras de Jessé Souza,

Exemplo típico e sintomático da mudança do poder do campo para as cidades é o caso das dívidas dos patriarcas rurais, antes incobráveis, e a partir de então sendo pagas sob força policial. Tão importante quanto a mudança do centro economicamente dinâmico do Nordeste para o Sudeste foi a transformação social de largas proporções implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões, e, ao fim e ao cabo, a construção de uma nova hierarquia social. Fundamental para a constituição desse quadro de renovação é que as mudanças políticas, consubstanciadas na nova forma do Estado, e as mudanças econômicas, materializadas na introdução da máquina e na constituição de um incipiente mercado capitalista-comercial, foram acompanhadas também de mudanças ideológicas e morais importantes. Com a maior urbanização, a hierarquia social passa a ser marcada pela oposição entre os valores europeus burgueses e os valores antieuropeus do interior, ressaltando uma antinomia valorativa no país com repercussões que nos atingem ainda hoje. Esses valores europeus, como o individualismo, a proteção legal dos indivíduos, um incipiente reconhecimento dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

direitos das mulheres e dos filhos, foram adquirindo concretude com a constituição de um Estado incipiente a partir da vinda da família real (SOUZA, 2019, p. 61).

Outra mudança do período foi o fato de que, com a vinda da família real, pela primeira vez foi autorizada a instalação de tipografias e a impressão de jornais em território brasileiro. É nesse contexto que podemos compreender o pioneirismo de Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Brasiliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro (apesar de ser impresso em Londres), e a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* (impresso no Brasil), uma espécie de folha oficial, para publicação de decretos e fatos relativos à família real (LUSTOSA, 2004).

Durante o período Colonial, a Coroa Portuguesa proibia a impressão de jornais. Isso só mudaria com a transposição da Corte para o Brasil, em 1808, quando começou a circular o primeiro veículo de imprensa mais sistemático, no caso, o jornal fundado por Hipólito José da Costa (1774-1823), que editou, regularmente, em Londres, o *Correio Braziliense*, o qual era também distribuído no Brasil mensalmente. Na mesma época, em 1808, surgiu o *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, embrião do que viria a ser o *Diário Oficial*. Nesse sentido, o Brasil inseriu-se na Era de Gutemberg somente no início do século XIX, portanto, muito tardiamente, a partir da iniciativa de Hipólito e, logo depois, da Família Real, que trouxe uma tipografia (OLIVEIRA J; OLIVEIRA U, 2020, p. 24-25).

No espaço urbano, devido à efervescência da atividade comercial e ao crescente dinamismo do fluxo de mercadorias, pessoas e informações, tem-se também o surgimento de novos ofícios e métodos de trabalho, para atender às demandas do cotidiano da cidade. O conhecimento baseado na experiência, transmitido de geração em geração pelos mais velhos, dará lugar a técnicas e procedimentos mais modernos, adquiridos mediante alguma qualificação como aprendiz ou educação formal. Quem mais vai representar essa categoria profissional, composta de pessoas livres, mas sem posses, que vivem basicamente da sua força de trabalho e não possuem laços com a elite econômica, é o mestiço. Além de poder atuar como artesão especializado ou profissional liberal, o mestiço terá a possibilidade, ainda que mais restrita, de ser recrutado para trabalhar na estrutura administrativa do Estado, ou fazer carreira no mundo das artes e da cultura letrada.

Conforme pode-se perceber, trata-se de um segmento social que, segundo a análise de Bourdieu, tem como maior riqueza o capital cultural, uma vez que não fazem parte da elite econômica e obtiveram uma certa ascensão mediante a aquisição de saberes e conhecimentos com alguma relevância social, convertendo-se em profissionais especializados. De acordo com Jessé Souza (2019), é a partir desse grupo que se tem no Brasil o embrião da classe média, a classe que possui principalmente o capital cultural, que “venceu na vida” através da educação, que acredita nos valores burgueses do individualismo e do crescimento pelo esforço pessoal, e que se vê em posição de superioridade intelectual e moral perante os trabalhadores braçais.

Diante dessas inovações no panorama político-social brasileiro, iniciadas a partir de 1808, poder-se-ia imaginar que, ao longo do século XIX, o Brasil passaria por um processo de notável expansão da noção de cidadania, uma vez que se iniciou a formação de uma rudimentar classe média, detentora de capital cultural. O próximo passo seria essa camada social começar a pleitear e a ocupar um maior espaço na política. Entretanto, não foi exatamente o que aconteceu. Conforme



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

ressalta José Murilo de Carvalho (2002), algumas características da colonização portuguesa deixaram marcas profundas em nosso país, no sentido de excluir a maioria da população da vida política e postergar a consolidação de um sentimento de nacionalidade compartilhada.

A principal delas foi a escravidão, o fator mais prejudicial à construção da cidadania, que ainda constituía a base da atividade produtiva e moldava as relações sociais no cotidiano. Além de negar aos escravos a sua condição humana, reduzindo-os a uma mera propriedade dos senhores, a escravidão era uma afronta à ideia de liberdade individual dos sujeitos, crucial na luta pelos direitos civis. E por ter sido um fator estrutural da sociedade brasileira, amplamente aceito tanto na esfera jurídica e econômica quanto na esfera moral, ela repelia o surgimento de uma consciência cidadã não apenas entre os escravos, privados de sua liberdade, como também nas demais parcelas da sociedade, inclusive os senhores.

As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista que aqui nos interessa – a formação do cidadão –, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos. (CARVALHO, 2002, p. 53).

É esse caráter estrutural da escravidão no Brasil, constituindo-se em nossa semente societária primordial, conforme aponta Jessé Souza (2019), que permite entender melhor por que a abolição da escravatura foi um processo tão longo e difícil no país, repleto de tensões e ambivalências.

As leis abolicionistas pouco faziam para mudar efetivamente a condição imediata dos cativos, eram sempre medidas voltadas para o longo prazo, como forma de postergar as mudanças. A Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico de escravos no Brasil, foi parcialmente contornada pelo tráfico interprovincial, com os escravos migrando do Nordeste para as plantações de café do Sudeste (TAVARES, 1967). A Lei do Ventre Livre (1871) estabelecia que os filhos de escravos, embora juridicamente livres, deveriam permanecer sob a tutela dos senhores até os 8 anos, e após essa idade eles seriam entregues ao Estado ou teriam que trabalhar para os senhores até os 21 anos, como forma de “retribuir” pelo seu sustento (COSTA, 2010). A Lei dos Sexagenários (1881) praticamente não surtiu efeito, uma vez que a expectativa média de vida de um escravo era muito abaixo dos 60 anos, e mesmo que algum cativo conseguisse sobreviver até essa idade, ainda era preciso trabalhar mais 3 anos para os senhores (MOTTA, 2008).

Em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, tem-se o desfecho final dessa longa trajetória rumo à abolição da escravatura, um percurso marcado por tensões sociais, debates entre os intelectuais, guerra editorial entre grupos pró e contra a causa abolicionista, mobilizações populares e rebeliões dos escravos (PRADO JR, 2012). No ano seguinte, houve a Proclamação da República (1889), dando fim à monarquia brasileira e destituindo o imperador D. Pedro II, que partiu para o exílio na Europa. Em tese, findada a escravidão e instituído o governo republicano, as condições para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

a ampliação da cidadania e da participação popular na política brasileira estavam postas. Contudo, o poder continuou hermético, fechado, oligárquico, concentrado nas mãos de uma pequena minoria. Como se explica isso?

Naturalmente, trata-se de uma resposta muito ampla, que engloba diversos aspectos da realidade brasileira, impossíveis de se esgotar no espaço deste trabalho. Cabe chamar atenção para apenas um ponto, que dialoga com a questão do autoritarismo e ajuda a compreender melhor essa problemática do poder: o modelo de republicanismo que prevaleceu com a Proclamação da República.

Conforme aponta José Murilo de Carvalho (1990), havia basicamente três modelos de republicanismo pairando no debate público brasileiro da época: o americano, o positivista e o jacobino.

O modelo americano era inspirado nas ideias dos *pais fundadores* da Revolução Americana. No Brasil, teve uma adesão expressiva dos grandes proprietários rurais, especialmente os paulistas. Tinha como pilares fundamentais a ênfase nas liberdades individuais (em detrimento da ideia de interesse público), uma certa simpatia pelo federalismo e a preocupação com a organização do poder por meio das instituições, apenas para resguardar uma ordem preestabelecida que, em tese, já funcionava a contento. Como a ordem vigente no Brasil não era historicamente inclusiva, tal modelo acabava consagrando a desigualdade e, nesse sentido, flertava com o darwinismo social, dando ares pseudocientíficos a preconceitos de raça e etnia.

O modelo positivista era inspirado na filosofia de Auguste Comte, pensador francês que fundou o positivismo. No Brasil, foi bem recebido pelos militares, especialmente no Exército. Assim como no modelo americano, os seus adeptos prezavam muito pela manutenção da ordem mas, ao contrário dos primeiros, defendiam um Estado forte, centralizado e intervencionista, criador e mantenedor do tecido social. Condenavam a monarquia em nome de um ideal de progresso, mas um progresso com ordem, ainda que fosse preciso apelar para a ditadura em momentos críticos, para salvar a nação de um “mal maior”. Valorizavam a ciência e os saberes técnicos, pilares importantes na construção de um futuro próspero.

O modelo jacobino, também originário da França, tinha origem no pensamento político dos revolucionários franceses de 1789. No Brasil, teve uma boa aceitação sobretudo nos setores médios da população urbana, formado por professores, jornalistas, profissionais liberais e pequenos proprietários. Concebiam a monarquia brasileira como ruínas do Antigo Regime, como um antro de decadência, atraso e corrupção. Prezavam muito pelos ideais abstratos de liberdade, igualdade e soberania popular. No entanto, do ponto de vista programático, e no tocante à base econômica, pouco propunham.

Havia, assim, pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização. É verdade que a ideia de ditadura republicana era usada pelos dois modelos franceses, mas na versão jacobina ela



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

permanecia vaga, ao passo que os positivistas detalhavam o papel do ditador, do congresso, as normas eleitorais, a política educacional etc. (CARVALHO, 1990, p. 22).

Embora tenha prevalecido o modelo positivista, e os militares tenham assumido a dianteira do movimento que culminou na Proclamação, com Deodoro da Fonseca se tornando o primeiro presidente e dando início à chamada República da Espada (1889-1894), no final das contas esse modelo atendeu, em certa medida, tanto ao Exército quanto às elites agrárias. Ambos prezavam pela defesa da ordem, pela institucionalização do poder e pela manutenção do *status quo*, questões cruciais para as principais forças sociais que trabalharam pelo fim da monarquia. Do ponto de vista dos senhores de terra, apesar de o modelo americano não ter sido implementado, a situação continuou aceitável, uma vez que o seu capital econômico e a sua elevada posição social foram preservados.

Todavia, isso não significa que, com a vitória do modelo positivista, as divergências tenham desaparecido completamente, especialmente no dilema do poder local *versus* poder central, do debate sobre federalismo e centralismo ou a questão do papel do Estado como agente regulador da economia e da sociedade. São temáticas que vão perpassar a política brasileira durante todo o século XX, e continuam vivas até os dias atuais.

Por fim, vale mencionar a situação dos setores médios urbanos que defendiam o modelo Jacobino, suplantado pela proposta dos militares. Jessé Souza (2019) argumenta que, gradativamente, ao longo do período republicano, a elite econômica brasileira, encabeçada sobretudo por setores agrários e industriais de São Paulo, vai introduzir um novo tipo de dominação sobre a sociedade, que sai do campo da coerção e se desloca para o campo da persuasão. Isso se dará mediante o controle dos mecanismos de produção e disseminação de informações e, em termos materiais, dos meios de comunicação. Dessa forma, é possível à elite econômica influenciar a opinião pública, promovendo ideias que, aparentando neutralidade, reafirmam os seus próprios interesses e mantêm as demais parcelas da sociedade não apenas em posição de servilismo, mas também de defensores ferrenhos dos privilégios dos seus algozes. Um dos marcos dessa mudança de atitude da elite econômica, segundo Jessé Souza, foi a Revolução de 1930, na qual a elite paulista foi derrotada pelas forças ligadas a Getúlio Vargas e percebeu a necessidade de mudar a sua estratégia de dominação.

A elite do dinheiro paulista, que havia perdido o poder político ainda que mantido o poder econômico, agiu de modo astucioso, calculado e planejado. Percebeu claramente os sinais do novo tempo. A truculência do voto de cabresto estava com os dias contados. Em vez da violência física, deveria entrar no seu lugar a violência simbólica como meio de garantir a sobrevivência e longevidade dos proprietários e seus privilégios. Com o Estado na mão dos inimigos, a elite do dinheiro paulistana descobre a esfera pública como arma. Se não se controla mais a sociedade com a farsa eleitoral acompanhada da truculência e da violência física, a nova forma de controle oligárquico tem que assumir novas vestes para se preservar. O domínio da opinião pública parece ser a arma adequada contra inimigos também poderosos. O que os novos tempos pedem é, portanto, um liberalismo repaginado e construído para convencer e não apenas oprimir. O moralismo da nascente classe média urbana seria a melhor maneira de adaptar o mandonismo privado aos novos tempos. O domínio do campo na cidade tem que ser agora civilizado, adquirindo as



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

cores da liberdade e da decência, os mantras da classe média cidadina. O que estava em jogo aqui era a captura agora intelectual e simbólica da classe média letrada pela elite do dinheiro, formando a aliança de classe dominante que marcaria o Brasil daí em diante. (SOUZA, 2019, p.139-140).

Para o autor, a classe média cumpre uma função importante nesse processo, servindo como uma espécie de "tropa de choque" dos interesses do grande capital. Obviamente, isso não ocorre às claras, é camuflado em discursos repletos de moralismo, defesa dos costumes tradicionais e um suposto combate à corrupção. Portanto, esse segmento social, que inicialmente defendia uma visão republicana mais radical e democrática, foi cooptado pela elite econômica. Em diversos momentos, apoiarão medidas contra a sua própria classe, contra o estado de direito e contra a ordem democrática.

Quem também exerce um papel crucial são os intelectuais. Afinal, eles produzem as ideias e concepções de mundo que ecoam nos meios de comunicação, no debate público e na sociedade como um todo. Por vezes, vão atuar diretamente como conselheiros de Estado, e suas obras servirão como guias para a implementação de políticas públicas. Conscientemente ou não, eles contribuem para a mudança ou a manutenção de uma realidade social, para a emancipação humana ou para o aprofundamento das desigualdades.

Isso mostra a importância do capital cultural no estabelecimento de um poder hegemônico, legitimando os interesses dos poderosos e sublimando relações de dominação. Nesse sentido, as ideias são utilizadas como verdadeiros instrumentos de construção da realidade ao nosso redor. Entender como esses processos ocorrem, quais são as suas raízes históricas e de que maneira eles se perpetuaram ao longo do tempo é uma tarefa fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, se procurou fazer uma breve reflexão sobre a relação entre autoritarismo, elites econômicas e capital cultural, partindo do pressuposto de que esse é um ponto chave para se compreender o tão mencionado autoritarismo brasileiro. Tomou-se como referência cronológica básica o ano de 1808, quando a família real portuguesa veio para o Brasil, dando o pontapé inicial para a formação de uma cultura cidadina e de uma classe média, portadora principalmente de capital cultural. Reitera-se o peso da escravidão enquanto elemento estrutural da realidade brasileira, e também os modelos de republicanismo que ecoavam no debate público do final do século XIX. Comentou-se que, com o advento da república, e mais especificamente a partir da Revolução de 1930, a elite econômica paulista mudou a sua estratégia de dominação sobre a sociedade, via controle dos mecanismos de produção e disseminação de informações e manipulação da classe média.

Uma questão que ainda se pretende explorar, analisar com mais afinco, é a formação dos grandes conglomerados de mídia brasileira a partir de meados do século XX, e o peso que eles tiveram no fluxo dos acontecimentos políticos do país. Nos estudos preliminares, verificou-se que esses grupos tiveram uma atuação política muito contundente desde então, passando pela ditadura



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AUTORITARISMO, ELITES ECONÔMICAS E CAPITAL CULTURAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Felipe da Costa Barcellos

civil-militar, pela redemocratização e, mais recentemente, pela Operação Lava Jato. Mas esse é assunto para outro artigo.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 105-115, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MOTTA, José Flávio. Velhos no cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 16, 2008, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de; OLIVEIRA, Ueber José de. Opinião pública na Europa e no Brasil: das origens da expressão à materialização tardia. **Dimensões**, n. 44, p. 10-43, 2020.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. O processo das soluções brasileiras no exemplo do tráfico negreiro. **Revista de História**, v. 35, n. 72, p. 523-537, 1967.